

OS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS E IDEOLÓGICOS DA “QUESTÃO SOCIAL”

Cristiano Vieira Montenegro¹
Edva Emanuelle Gomes da Silva²

Serviço Social



ISSN IMPRESSO 2317-1693
ISSN ELETRÔNICO 2316-672X

RESUMO

Este artigo aborda os fundamentos econômicos, políticos e ideológicos que proporcionaram as condições sócio-históricas para a emergência e desenvolvimento da “questão social” a partir do modo de produção capitalista. O posicionamento teórico-metodológico assumido ao longo desse trabalho implica considerar a “questão social” como fenômeno histórico, estrutural, tipicamente capitalista, decorrente de contradições e antagonismos de classe, bem como da forma como essas se manifestam nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. Objetiva-se, pois, analisar os fundamentos e determinações essenciais da “questão social” a partir dos fundamentos históricos, econômicos e políticos do modo de produção capitalista.

PALAVRAS-CHAVE

Capitalismo. Trabalhadores. “Questão Social”.

ABSTRACT

This article discusses the economic, political and ideological foundations that provided the socio-historical conditions for the emergence and development of the "social question" from the capitalist mode of production. The theoretical and methodological positioning assumed throughout this work implies considering the "social question" as a historical, structural, typically capitalist phenomenon, arising from contradictions and class antagonisms, as well as how these are manifested in the working and living conditions of workers. The objective is therefore to analyze the fundamentals and essential determinations of the "social question" from the historical background, economic and political of the capitalist mode of production.

KEYWORDS

Capitalism. Workers. "Social Question".

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é analisar a "questão social" a partir de seus fundamentos econômicos, políticos e ideológicos.

Inicialmente serão abordadas características essenciais do modo de produção capitalista, tais como: a organização da produção capitalista, a relação social entre a burguesia e o proletariado, a extração e repartição da mais-valia e a reprodução ampliada/acumulação do capital.

No que se refere a acumulação do capital, os processos de concentração e centralização, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, o aumento da composição orgânica do capital, assim como a produção de uma superpopulação relativa e do pauperismo, serão apresentados como elementos estruturais, tendências e inelimináveis da reprodução ampliada do capital.

Partindo da abordagem do capitalismo, o artigo procurará explorar e problematizar a "questão social" a partir de seus fundamentos, ou seja, do seu significado, das condições de seu surgimento histórico como fenômeno próprio, específico e particular do modo de produção capitalista, e de suas determinações econômicas, políticas e ideológicas.

2 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O capitalismo surgiu no século XVI, na Europa Ocidental, substituindo processualmente o feudalismo e o Antigo Regime. Esse processo se consolidou no século

XVIII a partir da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, sendo então difundido pouco a pouco pelo mundo, penetrando em todas as regiões do globo, envolvendo e articulando contraditoriamente “as sociedades mais desenvolvidas (*centrais*) e menos desenvolvidas (*periféricas*)” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 105).

Em que pese o modo de produção capitalista, assim como os modos de produção que o antecederam (escravista e feudal), está baseado na propriedade privada dos meios de produção, na existência de classes sociais e na exploração do homem pelo homem, a produção capitalista tem algumas características próprias, que lhe são específicas e inerentes, e que, portanto, inexistiam nos modos de produção anteriores.

No capitalismo entram em cena dois sujeitos sociais: a burguesia e o proletariado. A burguesia, substituindo os senhores feudais, como classe social dominante, constituindo-se como proprietária dos meios de produção. O proletariado, constituindo uma classe de trabalhadores que, livres/separados dos meios de produção e proprietários apenas de sua força de trabalho, passaram a vendê-la como condição imprescindível para garantir sua sobrevivência.

É a partir da relação entre essas duas classes em articulação com o desenvolvimento das forças produtivas de então, que se funda o modo de produção capitalista. Trata-se de uma relação marcada pelo signo da contradição e do antagonismo. Contraditória visto que, nessa relação, o proletariado produz a riqueza da sociedade, mas não se apropria dela – quem o faz são os burgueses. Antagônica, visto que os interesses das duas classes são opostos e inconciliáveis, com o proletariado, lutando para não ser explorado e da burguesia, precisando explorá-lo para poder se apropriar de quantidades de riqueza cada vez maiores.

O processo de produção capitalista pode ser apresentado esquematicamente da seguinte forma: $D - M \dots P \dots M' - D'$. A produção mercantil capitalista caracteriza-se a partir do seguinte movimento: a burguesia investe determinada quantia de dinheiro (D) na compra de meios de produção e força de trabalho (M); isto feito, inicia-se a produção em si com os trabalhadores consumindo produtivamente os meios de produção (P); a partir da produção, dá-se origem a uma nova mercadoria (M'), a qual teve acrescido em si um valor excedente, resultante do trabalho proletário; quando finalmente esses produtos são vendidos, obtêm-se uma quantidade consideravelmente maior de dinheiro (D') do que aquele utilizado inicialmente no investimento, referente ao trabalho vivo (força de trabalho) e ao trabalho morto (meios de produção), trata-se do lucro.

O lucro é a força motriz da produção capitalista de modo geral e o objetivo central de cada capitalista individualmente, sendo a mais-valia a fonte original do lucro dos capitalistas e da riqueza material produzida na sociedade burguesa.

Para compreender o que é a mais-valia faz-se necessário ter ciência que o tempo de trabalho é composto, ao mesmo tempo, de tempo de trabalho necessário e de tempo de trabalho excedente. No tempo de trabalho necessário o trabalhador produz um valor correspondente ao valor de sua força de trabalho, valor esse que se expressará no salário por ele recebido. Já no tempo de trabalho excedente o trabalhador produz mais valor que aquele que ele receberá sob a forma de salário. Essa diferença, entre todo o valor produzido pelo trabalhador e o valor que ele recebe pela venda de sua força de trabalho, é o que se denomina por mais-valia (MANDEL, 1978).

O lucro capitalista expressa a forma monetária assumida pela mais-valia contida nas mercadorias, a partir da comercialização dessas, resulta, dessa forma, da realização da mais-valia extraída dos trabalhadores no processo de produção.

A mais-valia pode ser extraída de forma absoluta e/ou relativa. Vale ressaltar que não se trata de dois tipos de mais-valia, mas de duas maneiras pelas quais a burguesia extrai o excedente dos trabalhadores.

A mais-valia absoluta é extraída mediante o aumento da jornada de trabalho sem aumento salarial ou ainda mantendo-se a jornada de trabalho, mas intensifica-se o ritmo de trabalho. Já a extração da mais-valia relativa pode ser obtida quando os capitalistas conseguem reduzir relativamente o tempo de trabalho necessário (onde os trabalhadores produzem o valor correspondente a sua força de trabalho), visto que, em face do desenvolvimento das forças produtivas, os produtos que os trabalhadores precisam adquirir para reproduzir sua força de trabalho têm seu valor reduzido, o que torna possível reduzir o tempo de trabalho necessário para produzir o valor dessa força de trabalho.

Assim, como os produtos que eles precisam adquirir para reproduzir sua força de trabalho tiveram seu valor reduzido, o tempo de trabalho necessário para produzir o valor com o qual eles comprarão esses produtos, também, pode ser reduzido. Como essa redução no tempo de trabalho necessário, aumenta-se o tempo de trabalho excedente.

Apesar de a mais-valia absoluta contribuir para o aumento da geração do valor excedente ela encontra em questões de ordem fisiológica e política dos trabalhadores dois obstáculos para sua extração.

Do ponto de vista fisiológico, o prolongamento da jornada de trabalho e a intensificação do ritmo do trabalho fazem com que os trabalhadores tenham sua força de trabalho extenuada, paulatinamente fragilizada e comprometida. Do ponto de vista político, o que ocorre é o surgimento de mobilizações da classe trabalhadora contra a elevação da jornada de trabalho e a intensificação do ritmo de trabalho, visto que o proletariado, ao ser diariamente submetido a longas horas de trabalho, acaba ao final

de certo tempo se posicionando a favor da diminuição dessa jornada e não da sua elevação, posto que o valor do salário independente do número de horas trabalhadas continuará o mesmo, sem ter acréscimo algum.

Não por acaso, a extração de mais-valia – ao ser expressão e a forma assumida pelo trabalho excedente na sociedade capitalista – expressar, também, a exploração da burguesia sobre o proletariado. É essa relação de exploração, objetivada na extração de mais-valia, que caracteriza fundamentalmente a relação social de produção do capital, situando em pólos opostos e antagônicos a burguesia e o proletariado.

É válido registrar que a exploração não constitui um desvio de ordem moral ou psicológica da burguesia. Na verdade trata-se da função social que precisa necessariamente ser cumprida pelos burgueses na sociedade capitalista: produzir e reproduzir o capital, extrair mais-valia dos trabalhadores. O capitalista que não cumprir tal função estará condenado a desaparecer enquanto capitalista.

A mais-valia, extraída originalmente na produção material, pode ser repartida, de diferentes formas (lucro industrial, juro bancário, lucro comercial e renda fundiária) entre as diferentes frações burguesas (industrial, banqueiro, comerciante, proprietário de terras), a partir da relação entre eles.

Ao ser gerada originalmente pelos operários no momento da produção, ela não é apropriada somente pelos proprietários do capital produtivo (burguesia industrial). A mais-valia precisa ser repartida com outros tipos de capitalistas, visto que o capitalista industrial pode ter recorrido a empréstimos junto aos bancos (burguesia financeira), precisa do comércio (burguesia comercial) para fazer sua produção chegar aos consumidores, e pode precisar, também, recorrer ao arrendamento de terras (proprietários fundiários) para nelas produzir determinadas mercadorias, ou seja, a burguesia industrial ao ter que se relacionar com outras frações da burguesia para produzir seu capital e extrair a mais-valia dos trabalhadores, precisará repartir com esses outros burgueses partes da mais-valia extraída. Desta forma, percebe-se que há uma interdependência entre esses grupos de burgueses.

A mais-valia produzida pelo proletariado pode ser dividida em até quatro partes que ficam nas mãos dos burgueses industriais (lucro industrial), comerciantes (lucro comercial), banqueiros (juro) e proprietários de terras (renda fundiária). O lucro industrial é obtido pelos donos das indústrias a partir da produção mercantil desempenhada pela classe proletária. O lucro comercial é alcançado quando os comerciantes vendem as mercadorias aos consumidores. O juro refere-se aos lucros que os bancários obtêm no momento em que concedem empréstimos aos industriais para que estes realizem investimentos ou saldem suas dívidas.

E a renda fundiária diz respeito aos burgueses que utilizam a força de trabalho do proletariado para realizarem atividades produtivas no setor agrícola/pecuário e

que não são os donos das terras usadas para tal fim, posto que em muitas vezes eles pagam aos proprietários de terras um “aluguel” para que estas possam ser utilizadas e as mercadorias produzidas.

3 ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Em toda e qualquer sociedade os indivíduos precisam, socialmente, e de forma constante e contínua, produzir os meios de trabalho e os bens necessários a sua reprodução. Se precisam consumir, precisam produzir, e como não podem se reproduzir sem produzir constantemente e continuamente o que necessitam consumir, todo processo de produção implica, necessariamente, sua reprodução. Como afirma Marx (1985, p. 153),

[...] qualquer que seja a forma social do processo de produção, este tem de ser contínuo ou percorrer, periodicamente, sempre de novo, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir, tampouco deixar de produzir. Considerado em sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação, todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução.

Dessa forma, se para que os indivíduos consigam sobreviver é preciso produzir bens materiais que sirvam para satisfazer suas necessidades, logo, a produção, seja ela qual for – primitiva, escravista, feudal, capitalista – necessariamente implica em sua reprodução.

Toda e qualquer produção/reprodução, dado expressar historicamente determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas em articulação com determinadas relações sociais de produção e de propriedade, possui suas particularidades, distinguindo-se profundamente a partir da formação sócio-histórica onde surgem e se desenvolvem.

Se a produção é capitalista, esta será a forma de sua reprodução. No caso do capitalismo, assim como a produção, a reprodução também apresentará características particulares e distintas das formações sócio-históricas pré-capitalistas.

A produção capitalista assenta-se na grande industrial, na produção generalizada de mercadorias, tendo por força motriz o lucro cuja origem vem da extração da mais-valia que, por sua vez, expressa, no modo de produção capitalista, o trabalho excedente mediante exploração do trabalho assalariado. Como a força motriz da produção capitalista é a busca incessante por crescentes lucros e seu fundamento é a exploração do trabalho mediante a extração, também, crescente da mais-valia, a reprodução capitalista implica necessariamente a reprodução ampliada dessas determinações.

Por ser o capital um valor que se expande, a reprodução capitalista é reprodução ampliada do capital. Isso significa dizer que enquanto uma parte da mais-valia extraída dos trabalhadores pode ser consumida improdutivamente pelos capitalistas, uma significativa parte dessa mais-valia precisa ser consumida produtivamente, ou seja, reinvestida em meios de produção e em força de trabalho, utilizada para ampliar a produção de mercadorias.

Sem que parte da mais-valia seja reempregada constantemente na produção, a continuação desta fica interdita. Essa capitalização da mais-valia, sua conversão em capital, é o fundamento da reprodução ampliada e constitui a “acumulação do capital” (MARX, 1985, p. 163).

Dessa forma, a acumulação do capital se caracteriza justamente com os burgueses tendo necessariamente que converter parte significativa da mais-valia em capital, caso queiram continuar, reproduzindo seu capital, não constituindo em hipótese alguma uma opção, mas uma determinação intrínseca ao capitalismo e imposta aos burgueses que quiserem se manter nessa posição.

Para reproduzir ampliadamente seu capital os capitalista devem não só melhorar as condições de extração da mais-valia, devem igualmente concorrer e competir com outros capitalistas pela conquista dos mercados consumidores. Para conquistar as maiores fatias dos mercados, cada capitalista se empenhará para que em suas empresas os trabalhadores tenham elevada a sua produtividade, ou seja, que eles produzam mais em menos tempo, diminuindo assim o valor das mercadorias produzidas, tornando o capitalista líder nas vendas, permitindo a esse aumentar seus lucros.

Para aumentar a produtividade do trabalho os capitalistas empregam em suas empresas os avanços tecnológicos disponíveis, adquirem novas e mais modernas máquinas, substituem o trabalho vivo (força de trabalho) por trabalho morto (trabalho já materializado nos meios de produção), elevando os investimentos em capital constante (meios de produção) em relação aos investimentos em capital variável (força de trabalho), aumentando assim a composição orgânica de seu capital.

Em face da concorrência entre os capitalistas, despontam como outras tendências fundamentais da acumulação capitalista os processos de concentração e a centralização do capital.

Tanto o processo de concentração quanto o processo de centralização do capital expressam o aumento da magnitude do capital de um determinado capitalista. Mas, enquanto pelo processo de concentração a magnitude do capital aumenta em função da própria acumulação, no processo de centralização a magnitude do capital aumenta devido a aquisição do capital de um capitalista por outro capitalista ou ainda em virtude da fusão dos capitais de capitalistas distintos.

Essas tendências da acumulação exigem de cada capitalista que os mesmos se empenhem no sentido de incrementar tecnologicamente sua produção, reduzir os custos de produção, aumentar a produtividade do trabalho, aumentando a composição orgânica do seu capital e aumentando a extração da mais-valia, portanto, elevando a exploração da força de trabalho.

No modo de produção capitalista as tendências de aumento da composição orgânica do capital, de concentração e de centralização do capital, inerentes à acumulação, apresentam enquanto seus resultados, também tendenciais, a intensificação da exploração da força de trabalho, a constituição de uma reserva de mão de obra desocupada ou sem ocupação regular (superpopulação relativa ou exército industrial de reserva) e a pauperização absoluta e/ou relativa das massas trabalhadoras.

Quando a burguesia eleva o capital investido em meios de produção em relação ao capital empregado na compra da força de trabalho, mais o trabalho vivo é substituído pelo trabalho morto, mais pode ser elevada a produtividade do trabalho, mais pode ser intensificada e elevada a extração de mais-valia, e com esta a exploração do trabalho.

Assim, uma das consequências mais diretas e principais do processo de acumulação do capital é o desemprego e a pauperização dos trabalhadores. Desemprego e pobreza são componentes intrínsecos da acumulação capitalista e condição necessária para extração ampliada da mais-valia.

O pauperismo decorrente da acumulação do capital pode ser absoluto e/ou relativo. O pauperismo absoluto está intimamente relacionado à extração da mais-valia absoluta, expressando-se na degradação das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. O pauperismo relativo, está relacionado a extração da mais-valia relativa, se expressando mesmo quando há uma relativa melhoria das condições de vida dos trabalhadores num contexto no qual cresce a distância entre os rendimentos do capital e do trabalho.

A acumulação do capital tem por resultados a crescente produção da riqueza sendo acompanhada pela crescente produção de uma população excedentária, desempregada e da pauperização. Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, a reprodução ampliada da riqueza no capitalismo ocorre de modo a reproduzir, também, de forma ampliada a pobreza e a desigualdade social.

Esse movimento tendencial expressa historicamente a “lei absoluta geral, da acumulação capitalista” (MARX, 1985, p. 209), implicando uma produção da pobreza proporcional à produção da riqueza capitalista.

4 O SURGIMENTO DA “QUESTÃO SOCIAL” E SEUS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS E IDEOLÓGICOS

Como visto, a acumulação capitalista, gera “uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da ‘questão social’ na sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2008, p. 159).

Não por acaso, pode-se afirmar que o fundamento econômico da “questão social” encontra-se na exploração do trabalho, na reprodução ampliada do capital e na lei geral da acumulação capitalista. Aí residem o fundamento e a determinação essencial da “questão social”.

O recurso ao termo “questão social” data da terceira década do século XIX, sendo utilizado em alusão ao fenômeno da pauperização absoluta das massas trabalhadoras por ocasião da consolidação da industrialização capitalista e de suas implicações sociais e políticas, ou seja, da reação operária à crescente degradação de suas condições de vida e trabalho nos marcos da produção mercantil capitalista (NETTO, 2011).

Essa pauperização das massas trabalhadoras, à qual aludia o termo “questão social”, constituía na história da humanidade um fenômeno completamente novo. Se a existência da pobreza precedera a sociedade capitalista, a partir do capitalismo tornava-se “*radicalmente nova* a dinâmica da pobreza que então se generalizava” (NETTO, 2011, p. 153).

Diferentemente das formações sociais pré-capitalistas, onde a dinâmica da pobreza decorria, de modo geral, do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e de um quadro geral de escassez, com o capitalismo, “pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*” (NETTO, 2011, p. 153).

Tratava-se de uma nova pobreza visto ser produzida “pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua superação” (NETTO, 2011, p. 154).

A “questão social” é expressão de uma contradição essencial do capitalismo. Neste, o capital se baseia numa crescente socialização da produção associada à apropriação privada do produto social, o que implica na concentração da riqueza pela burguesia e concentração da pobreza pelos trabalhadores. A partir do capitalismo,

[...] tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-

se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. (NETTO, 2011, p. 153).

Em que pese o fundamento essencial da “questão social” remeter às determinações econômicas da produção capitalista, ela possui ainda outras determinações que se expressam nos desdobramentos sócio-políticos da extração da mais-valia e da acumulação do capital e de suas implicações no que se refere ao antagonismo entre capital e trabalho.

A “questão social” expressa o antagonismo entre capital e trabalho, tendo em vistas os conflitos, tensões e lutas que consubstanciam a oposição de interesses entre as classes sociais fundamentais. Não por acaso uma das citações mais referenciadas na literatura que trata da “questão social” apontar que esta

[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 77).

Encontra-se, pois, no antagonismo entre capital e trabalho, bem como nas tensões, conflitos e lutas dele decorrentes, as determinações políticas e ideológicas da “questão social”.

Foi só a partir do protagonismo político e de classe, assumido pelo proletariado em face da exploração capitalista e de suas implicações sociais, que as contradições entre capital e trabalho – que de modo geral se expressam na degradação das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores – se converte em uma “questão social”³.

O protagonismo político de classe do proletariado significou para a burguesia uma ameaça real e concreta a manutenção da ordem sócio-política tão necessária para a reprodução ampliada de seu capital.

Dessa forma, entende-se que o posicionamento político tomado pela classe ope-

3. A “questão social” é uma; múltiplas são suas formas de manifestação. Compreendê-la nesta perspectiva teórico-metodológica implica compreender os “problemas sociais” como a miséria, a pobreza, o desemprego, a gravidez na adolescência, o envelhecimento do trabalhador, a violência etc. como formas diferenciadas, mas articuladas, que remetem em última instância à reprodução ampliada do capital. Na sociedade capitalista, pobreza, desemprego, fome etc. são formas aparentes de manifestação do conteúdo e da essência das relações sociais de produção do capital.

rária em face do Estado e da burguesia foi fundamental para que a “questão social” pudesse vir à tona. Logo, a luta de classes travada entre capitalistas e trabalhadores expôs na história o caráter antagônico e contraditório das relações sociais de produção do capital.

Os fundamentos políticos e ideológicos que possibilitaram o surgimento da “questão social” remetem dessa forma ao reconhecimento dos trabalhadores enquanto “classe em si” e “classe para si”, à formação de identidade classista dos trabalhadores como membros de uma classe social e a percepção de seu antagonismo em relação à classe burguesa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “questão social”, emergindo historicamente a partir do capitalismo, é produto e resultado de fenômenos socialmente produzidos e vividos pelos indivíduos nos marcos das relações sociais de produção tipicamente capitalistas.

Fenômeno histórico-social, e não natural ou individual, a “questão social”, da mesma forma que emergiu pode, também, ser suprimida, no entanto, esta supressão só é possível em uma sociabilidade radicalmente diferente da atual, nos marcos de outras relações sociais de produção, que assegurem a socialização da produção e a apropriação também social da riqueza produzida.

Como demonstra a história, enquanto existir, o modo de produção capitalista produzirá e reproduzirá a “questão social”, reconfigurando-a a partir da reconfiguração de seus padrões de acumulação, produzindo novas formas para sua manifestação, repondo sobre novos patamares velhas contradições, antagonismos e tensões e repondo igualmente em novos patamares a “questão social” e as modalidades para sua administração pelo Estado e pela burguesia.

Portanto, sendo um fenômeno próprio, intrínseco, estrutural e constitutivo da reprodução ampliada do capital, a “questão social” só poder ser eliminada nos marcos de uma sociabilidade não mais fundada na produção capitalista, em uma sociabilidade que rompa com a exploração do homem pelo homem, com a propriedade privada dos meios de produção, e com a contraditória relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção.

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2012.

MANDEL, Ernest. **Iniciação a teoria econômica marxista**. Lisboa, 1978.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

Data do recebimento: 15 de Setembro de 2014

Data da avaliação: 17 de Setembro de 2014

Data de aceite: 17 de Setembro de 2014

1 Bacharel e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), docente do Curso de Serviço Social e de Cursos de Pós-Graduação da Faculdade Integrada Tiradentes (Fits), pesquisador do Grupo de Pesquisa “Produção e reprodução das relações sociais e questão social” da Fits, e orientador do Projeto de Pesquisa “Questão social: uma problematização crítica a partir de seus fundamentos históricos, teóricos e metodológicos”, do Programa de Iniciação Científica da Fits.

E-mail: cristianomontenegro@yahoo.com.br

2 Graduanda do Curso de Serviço Social da Faculdade Integrada Tiradentes (Fits), pesquisadora do Grupo de Pesquisa “Produção e reprodução das relações sociais e questão social” da Fits, e do Projeto de Pesquisa “Questão social: uma problematização crítica a partir de seus fundamentos históricos, teóricos e metodológicos”, do Programa de Voluntariado em Iniciação Científica da Faculdade Integrada Tiradentes (PROVIC/Fits). E-mail: edvagomes@yahoo.com.br